

GT 26 – Narrativas de experiências: profissionalidade e reconhecimento

Coordenadores(as): Profa. Dra. Maria da Conceição Passegi (UFRN); Prof. Dr. Herve Breton (Université de Tours/França); Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza (UNEB); Profa. Dra. Ecleide Cunico Furlanetto (UNICID).

Ementa: A noção de profissionalidade representa uma inflexão importante no mundo do trabalho, nos dias atuais, por implicar necessariamente um retorno sobre a subjetividade. Nesse sentido, as experiências de aprendizagens (laboral, social, existencial) constituem uma base de reflexão pertinente, suscetível de favorecer um melhor conhecimento dos processos de formação e dos modos como o humano se apropria de suas experiências, ao longo da vida, e delas tira lições que podem redimensionar sua percepção sobre si mesmo e sobre o mundo da vida, possibilitando favorecer mais satisfação pessoal e profissional, eticamente responsável. O GT se propõe a reunir pesquisadores cujos estudos ancoram-se em narrativas da experiência (escritas, orais, digitais, audiovisuais), utilizadas com múltiplas finalidades: a) como método de pesquisa qualitativa; b) prática de formação e de reinvenção de si; c) instrumento de avaliação pelos pares para fins de ingresso e promoção na carreira profissional (memoriais, dossiês para reconhecimento de saberes e competências-RSC, portfólios, cartas de intenção ...), relacionando essas narrativas autobiográficas com as diferentes abordagens que têm se multiplicado nas Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. O foco do debate recai, portanto, sobre aspectos epistemológicos, teórico-metodológicos e questões relativas à memória, à subjetividade, à identidade (profissional, de gênero) que emergem das narrativas da experiência como entradas para a pesquisa, a formação, a inserção na cultura e na vida profissional. O GT pretende fortalecer o movimento biográfico e suas redes de pesquisas existentes em âmbito nacional.

Apresentação Oral

Jussara Cordeiro Limeira, , Shirleide Pereira da Silva Cruz.
Professores temporários no Distrito Federal: construção e o desenvolvimento da
profissionalidade.

PROFESSORES TEMPORÁRIOS NO DISTRITO FEDERAL: CONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSIONALIDADE

doi: 10.47930/1980-685X.2022.2601

LIMEIRA, Jussara Cordeiro¹ – jussaracorlimeira@gmail.com

Universidade de Brasília-UnB, Faculdade de Educação
QSD 28, Casa 43
72.020-280 – Brasília-DF – Brasil

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva² – shirleidecruz@unb.br

Universidade de Brasília-UnB, Faculdade de Educação
SQN 205, Bloco G, Apartamento 106
70843-070 - Brasília-DF – Brasil

Resumo: *Este manuscrito procurou compreender a constituição e o desenvolvimento da profissionalidade dos professores em contratação temporária de trabalho, tendo o lócus de pesquisa a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Entendemos a profissionalidade docente como uma construção individual ou coletiva, com visão de contextualização no ambiente escolar e nas diferentes experiências formais ou informais na construção do trabalho, nos referenciando em Roldão (2005) e Cruz (2012). No trajeto de investigação do objeto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, ao questionário e à análise documental, utilizando a perspectiva crítico-dialética da educação com aproximação de uma vista para a totalidade que se almeja alcançar (Cury;1987). Por diferentes perspectivas de análises as categorias analíticas do estudo nos apontam que a condição da contratação temporária interfere na constituição do trabalho e na construção do ser social professor indicando elementos de desenvolvimento da profissionalidade sob marcas de dissociação das dimensões políticas, pedagógicas e técnica deste trabalho.*

Palavras-chave: *Profissionalidade Docente. Professor Temporário. Professores no Distrito Federal.*

¹ Professora da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

² Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Professores e Pedagogos – GEPPAPE.

1 INTRODUÇÃO

A vida profissional das professoras e dos professores tem sido objeto de pesquisa quer pelo estudo do ciclo de vida, da carreira, da formação inicial ou continuada, dentre outros temas. A instabilidade contratual de trabalho pela qual passam os professores, considerando a conjuntura nacional que vivemos, gerou expectativa para essa investigação, não só pela instabilidade econômica, mas também pelos reflexos em relação à vida social.

A acumulação de capital, registrada não somente pelas notícias da imprensa como nos fatos políticos, ecológicos e sociais atuais, denota um momento de colapso sem possibilidade de retorno a um equilíbrio, tendo em vista o princípio permanente de acumulação sem limites do capital. O capital humano abre espaço para a empregabilidade, designação essa para uma possível condição de emprego, concebendo a competitividade entre os pares, cuja origem do termo, conforme Freres (2008, p. 62),” [...] está relacionada à problemática do emprego/desemprego, constituindo-se uma categoria muito utilizada no mercado de trabalho e nos meios educacionais”.

As marcas do desemprego e a instabilidade empregatícia de professores nos chama a atenção na época presente, para as reconfigurações contratuais que ocorrem em contexto nacional, estadual e municipal. Nessa conjuntura, como se enquadram os professores da Escola Pública do Distrito Federal? Enquanto trabalhadores do conhecimento, como resistir e alterar essa imposição/transformação? Quais as possibilidades de entendimento do processo da profissionalização ligado à educação quando, especificamente, os processos de socialização, trabalho e carreira se constroem dentro das unidades escolares e de seus coletivos fragilizados pelo vínculo contratual de trabalho?

No percurso investigativo do objeto, recorreremos à pesquisa bibliográfica, ao questionário e à análise documental, utilizando a abordagem crítico-dialética da educação, cuja compreensão é de atividade humana citada por Cury (1987, p. 13) como “unidade dialética com a totalidade, como processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social”.

Em nosso levantamento, os docentes em contratação temporária é o objeto de estudo central na maioria dos trabalhos selecionados. A maioria dos estudos também se situaram analiticamente no contexto de recomposição das condições de acumulação do capital pela crise estrutural do capitalismo, expressando a precarização do trabalho docente.

O questionário foi elaborado com questões abertas e fechadas, sendo estruturado em seis eixos: os dois primeiros têm caráter de descrição e identificação dos professores: o terceiro, quarto e quinto abrangeram os descritores de profissionalidade trabalhados por Batista Neto e Cruz (2012); o sexto eixo se referiu ao trabalho no momento de pandemia a que também foram submetidos os professores, e enviado via Google Forms, pelo contexto de pandemia que gerou a reorganização do trabalho nas escolas para o caráter remoto emergencial.

A Constituição Cidadã e Democrática de 1988, em seu artigo 37, Incisos I e II “Exige o Concurso Público de provas e de títulos para ingresso nos empregos e cargos públicos”. Porém, no inciso IX legaliza a contratação temporária no serviço público. Após dez anos de promulgação da Constituição, a Emenda Constitucional nº 19/98 que decretou o término do regime jurídico único nos contratos de trabalho e abriu a possibilidade, no serviço público, da forma de contratação precarizada para além do regime estatutário. Nesse contexto, menciona Antunes (2015, p. 208) que o “[...] capital necessita cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado”, como se vê em todo o mundo produtivo e de serviços (Grifos do autor).

Partimos do pressuposto de que o trabalho é abalizado como fenômeno que deve ser analisado em relação dialética com o trabalho social e em suas especificidades. “Nesse sentido, o trabalho docente age na relação entre sujeito e sujeito e não sujeito e objeto” (Limeira; Cruz 2020, p. 95) denotando daí as relações histórico-concretas onde o ser social concreto (professores) só pode expandir o trabalho se desenrola a práxis educacional.

Assim, nessa conjuntura de regulamentação das formas e relações de trabalho em distintas dimensões e âmbitos, em específico, na situação da profissão docente, encontra-se marcas da política de afirmação da função do professor no andamento de reformas educacionais com o levante da bandeira de profissionalização, ao mesmo íterim em que essas mesmas políticas apontam dispositivos de desprofissionalização, tal qual a contratação temporária é uma de suas manifestações.

As significativas transformações na organização do trabalho devido o processo de reestruturação produtiva pós 1980, refletem no contexto dos profissionais da educação, a precarização do emprego, a flexibilização das contratações, a intensificação das admissões em regime especial, repercute na contratação por tempo determinado na rede pública brasileira.

O estudo de Ferreira D. (2018), revela a crescente progressão de contratações temporárias de professores da rede pública de ensino no Brasil.

Tabela 1 - Tabela demonstrativa da quantidade de professores da rede pública de ensino do Brasil e seus respectivos vínculos por regiões e dependência administrativa 2011-2016

Dependência Brasileira	Vínculo Efetivo				Vínculo Temporário				Total	
	Efetivo		Atípico		Atípico		Total		Total	
Brasil	2011	(%)	2016	(%)	2011	(%)	2016	(%)	2011	2016
Federal	67.201	82,6	105.310	77,8	14.175	17,4	29.965	22,2	81.376	135.275
Estadual	3.410.07	72,3	3.329.58	68,2	1.309.19	27,7	1.554.12	31,8	4.719.27	4.883.71
Municipal	2.484.59	75,4	2.804.33	75,7	810.526	24,6	898.705	24,3	3.295.11	3.703.04

Fonte: Ferreira D. (2018)

A tabela demonstrativa da quantidade de professores da rede pública de ensino do Brasil foi organizada pelo recorte de 2011 a 2016. Foram considerados professores com vínculo atípico, aqueles contratados sem a realização de concurso público, sendo agregados os temporários, terceirizados e celetistas.

Os índices apresentados evidenciam a crise capitalista expressa pela ruptura de um padrão de dominação da classe relativamente estável e o surgimento de uma crise econômica. Como consequência, surgem novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho que podem ter caracterizado esse momento, em âmbito internacional, como um movimento de ação destrutiva contra a força humana de trabalho, gerando a precarização do trabalho produtivo e o desemprego.

Deste panorama nacional, aproximamo-nos da realidade da Região Centro-Oeste e, para analisar o fenômeno da contratação temporária na rede pública de ensino em relação ao tipo de contrato e a esfera da educação, recolheu-se dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP e estão expostos na Tabela 2.

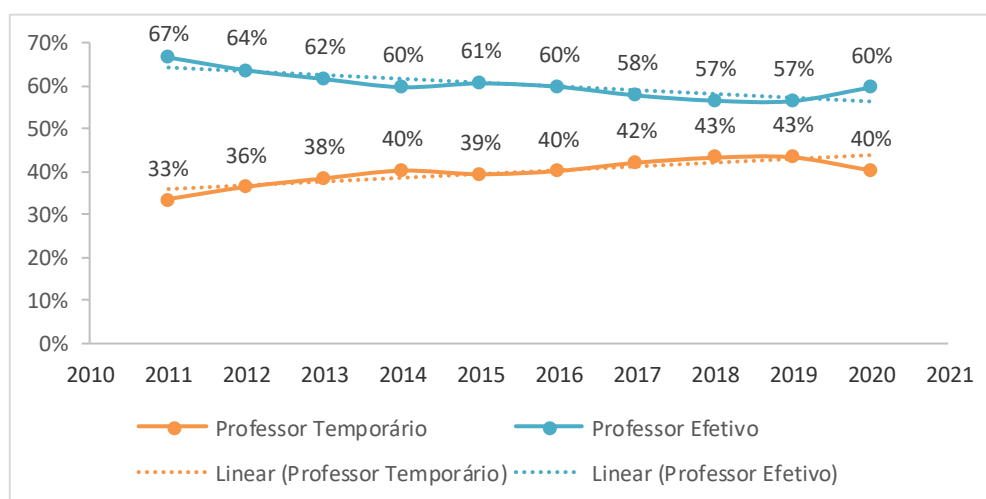
Tabela 2 - Docentes da Educação Básica na Rede Pública na Região Centro-Oeste 2011-2020

Ano	Total	Tipo de vínculo e Dependência Administrativa							
		Concursado/efetivo/estável				Contrato Temporário			
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Federal	Estadual	Municipal
2020	138.076	82.353	3.273	33.836	45.244	55.723	532	33.205	21.986
2019	143.644	81.203	3.225	32.813	45.165	62.441	636	39.852	21.953
2018	143.919	81.532	2.973	33.635	44.924	62.387	620	40.546	21.221
2017	141.682	81.987	2.859	35.395	43.733	59.695	682	37.176	21.837
2016	140.598	84.147	2.629	38.091	43.427	56.451	682	34.421	21.348
2015	140.502	85.183	2.347	40.991	41.845	55.319	773	32.535	22.011
2014	133.847	79.983	2.032	36.879	41.072	53.864	504	32.088	21.272
2013	129.750	79.959	1.909	38.041	40.009	49.791	364	29.233	20.194
2012	127.746	81.323	1.725	39.449	40.149	46.423	383	27.481	18.559
2011	127.827	85.135	1.636	45.284	38.215	42.692	172	24.241	18.279

Fonte: A autora (2021) com base em dados do INEP³

A tendência da proporção entre as contratações de professores efetivos e temporários, de acordo com o Gráfico 1, manteve-se, praticamente, estável com leve crescimento de contratações temporárias. As taxas de crescimento apresentaram uma variação de 31% para contratações de professores temporários e uma queda de 3% para professores efetivos.

Gráfico 1 – Proporção de docentes efetivos e temporários no Centro-Oeste 2011-2020

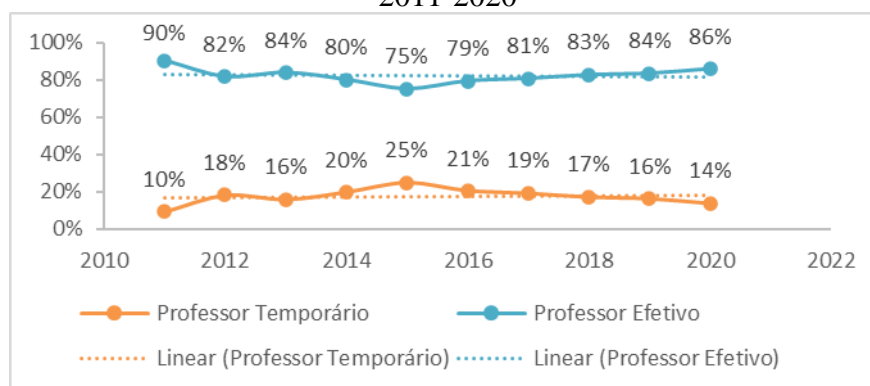


Fonte: A autora (2021)

Para comparar o percentual entre os professores efetivos e temporários da Região Centro-Oeste, estratificou-se os dados por esfera da educação apresentados nos Gráficos 2 a 4.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>. Acesso em: 06 fev. 2021.

Gráfico 2 – Proporção de docentes efetivos e temporários no Centro-Oeste na esfera federal 2011-2020

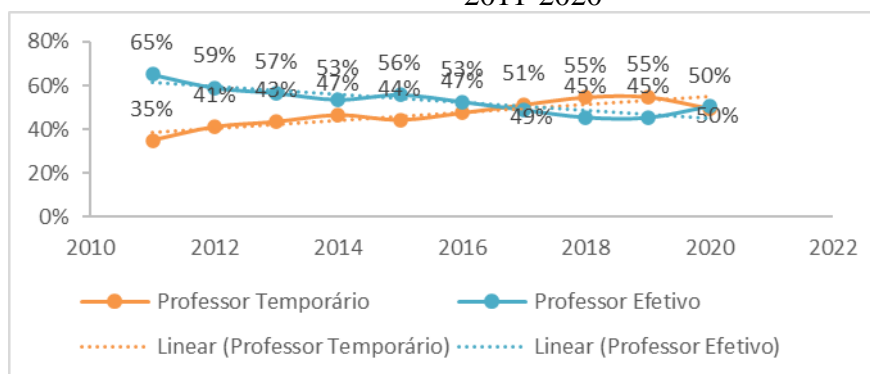


Fonte: A autora (2021)

Pelo Gráfico 2, pode-se concluir que, na esfera federal, a tendência entre as contratações de professores efetivos e temporários se manteve praticamente constante, com um pequeno aumento para contratações de professores temporários. As taxas calculadas apresentaram que, ao passo que foram ampliadas as contratações de professores temporários – aumento de 209%, também cresceu o número de professores efetivos – 100%.

Para a esfera estadual, conforme mostra o Gráfico 3, conclui-se que a tendência de contratações de professores temporários cresceu ao longo dos anos, sendo que, nos anos de 2017 a 2019, os percentuais de temporários eram maiores do que de efetivos e, no último ano, estavam em igual proporção. As taxas de crescimento ficaram em 37% para contratações de professores temporários e decréscimo de 25% para professores efetivos

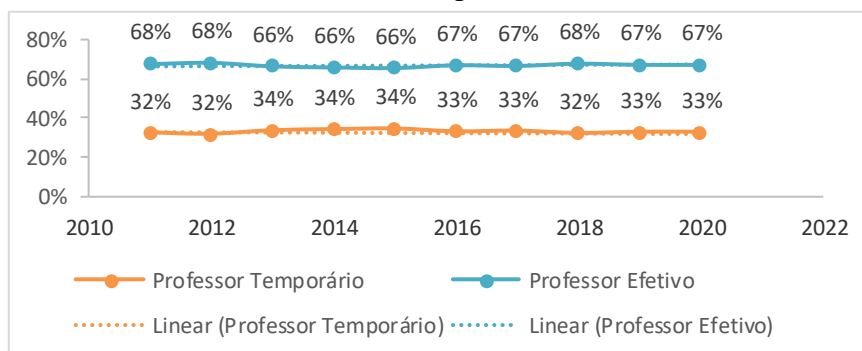
Gráfico 3 – Proporção de docentes efetivos e temporários no Centro-Oeste na esfera estadual 2011-2020



Fonte: A autora (2021)

Quanto à esfera municipal, constante no Gráfico 4, conclui-se que a tendência entre as contratações de professores efetivos e temporários se manteve estável ao longo dos anos analisados. As taxas de crescimento apresentaram crescimentos próximos dos 20% para contratações de professores temporários e de 18% para contratações de efetivos.

Gráfico 4 – Proporção de docentes efetivos e temporários no Centro-Oeste na esfera municipal 2011-2020



Fonte: A autora (2021)

A admissão, na rede pública, de professores como trabalhadores em condição temporária, submete, como informa Kuenzer e Caldas (2009, p. 26), “a prestação do serviço público à precarização e ao compartilhamento com a prestação dos serviços privados, o que leva as instituições públicas a serem regidas pelas leis do mercado”. Dessa forma, é outra situação que passa a ser desvelada pela ótica do desmonte histórico e administrativo para contratação de professores no serviço público via concurso público.

Na investigação dos dados obtivemos, como resposta, a indicação de que no primeiro semestre de 2020, a Secretaria contava com o total de 35.308 professores, sendo que, destes, 24.467 são efetivos e 10.841 em situação de contrato temporário. Tivemos também, os despachos em atendimentos à nossa solicitação para o levantamento quantitativo.

Tabela 3 - Quantitativo de professores no Distrito Federal 2008-2020

ANO	Professor Temporário - 1		Professor Efetivo - 2		TOTAL	
	QTD.	%	QTD.	%	QTD.	%
2008	4.180	13%	27.543	87%	31.723	100%
2009	4.083	13%	27.807	87%	31.890	100%
2010	5.887	18%	27.474	82%	33.361	100%
2011	4.553	14%	26.982	86%	31.535	100%
2012	5.763	18%	27.000	82%	32.763	100%
2013	6.517	19%	27.791	81%	34.308	100%
2014	5.740	16%	29.674	84%	35.414	100%
2015	6.224	18%	28.892	82%	35.116	100%
2016	6.440	19%	27.835	81%	34.275	100%
2017	8.034	23%	26.497	77%	34.531	100%
2018	8.046	23%	26.487	77%	34.533	100%
2019	9.623	28%	25.224	72%	34.847	100%
2020	10.841	31%	24.467	69%	35.308	100%

Fonte: A autora (2021) com base nos Despachos da SEEDF⁴

⁴ Despacho s/nº – SEE/SUGEP/DISET/GSET, de 23 de outubro de 2020; e Despacho s/nº – NUGINP/GAdep/DISER/SUGEP, de 03 de maio de 2021.

Na Tabela 3, observa-se uma gradativa substituição de professores efetivos por temporários no período de 2008 a 2020. O total de professores em exercício em 2020 é um pouco superior ao de 2008, porém, um pouco mais de 1/3 deles são professores temporários.

O quadro do quantitativo de professores no Distrito Federal denota a evolução do número de temporários a cada ano, evidenciando a precarização desses profissionais, assim como se apresenta, em diversos estados brasileiros, um percentual alto de professores temporários na rede pública de Ensino. O estudo de Gomes (2017, p. 53), por exemplo, indica 09 estados “em que mais de 50% dos professores da rede estadual são temporários”. No levantamento do Censo Escolar da Educação Básica em 2015, “Amazonas 60,11%, Piauí 64,02%, Ceará 58,82%, Alagoas 82,37%, Minas Gerais 57,93%, Espírito Santo 73,62%, Santa Catarina 55,16%, Mato Grosso do Sul 64,42% e Mato Grosso 58,38%”.

A SEEDF em sua estrutura organizacional, administra 14 (catorze) Coordenações Regionais de Ensino – CRE, disponibilizando, em sua estrutura pedagógica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação em Humanas e Diversidade, e Educação Profissional, totalizando 603 unidades de ensino urbana e 80 rurais.

Para conhecer o percentual de professores em contrato temporário e distribuído por CRE, coletamos dados do site www.dadoseducacionais.se.df.gov.br, segundo o Censo Escolar 2020. Os dados são quantitativos e estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantitativo de professores por Coordenação Regional de Ensino – CRE

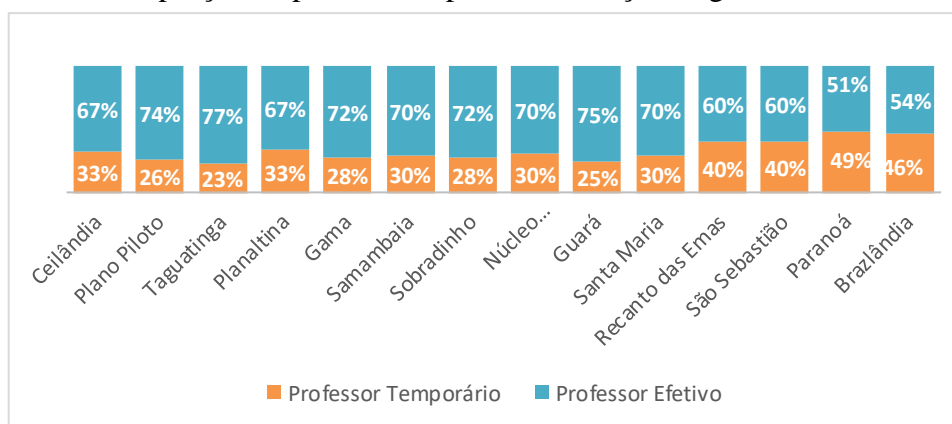
Regional	Efetivos		Temporários		Total	
	QTD.	%	QTD.	%	QTD.	%
Ceilândia	3.653	67%	1.766	33%	5.419	100%
Plano Piloto	3.278	74%	1.179	26%	4.457	100%
Taguatinga	2.889	77%	858	23%	3.747	100%
Planaltina	1.978	67%	994	33%	2.972	100%
Gama	1.918	72%	760	28%	2.678	100%
Samambaia	1.716	70%	731	30%	2.447	100%
Sobradinho	1.482	72%	582	28%	2.064	100%
Núcleo Bandeirante	1.241	70%	542	30%	1.783	100%
Guará	1.237	75%	408	25%	1.645	100%
Santa Maria	1.211	70%	524	30%	1.735	100%
Recanto das Emas	1.010	60%	672	40%	1.682	100%
São Sebastião	783	60%	527	40%	1.310	100%

Paranoá	756	51%	728	49%	1.484	100%
Brazlândia	722	54%	618	46%	1.340	100%
Total	23.874	69%	10.889	31%	34.763	100%

Fonte: A autora (2021) com base no Censo Escolar 2020⁵

A partir da Tabela 4, constata-se que as Regionais com maior percentual de professores temporários são Paranoá (49%), Brazlândia (46%), Recanto das Emas (40%) e São Sebastião (40%). Já as regionais com menor percentual são Taguatinga (23%), Guará (25%), e Plano Piloto (26%). Para melhor visualização, esses dados estão dispostos no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Proporção de professores por Coordenação Regional de Ensino – CRE



Fonte: A autora (2021) com base no Censo Escolar 2020

Os dados expostos no Gráfico 5, a quantidade de professores por CRE, constatamos o alto percentual de professores em condição temporária de trabalho. Contudo, a situação numérica de efetivos e temporários está equiparada na CRE do Paranoá, situada a 22 km da região central de Brasília, com 756 professores efetivos e 728 professores temporários. De modo semelhante, a CRE de Brazlândia, situada a 45 km do centro de Brasília, possui o terceiro maior número de escolas rurais e conta com 722 professores efetivos e 618 temporários em seu conjunto de docentes.

2 REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NO DISTRITO FEDERAL

No percurso do estudo que passa o desenvolvimento da profissionalidade dos professores da SEEDF na condição de contratação temporária, importante destacar, que a compreensão da profissão está amparada e impulsionada pelos processos da profissionalização, sob a égide da análise do trabalho.

⁵ Disponível em: www.dadoseducacionais.se.df.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2021.

O quão fundamental é o trabalho para a humanização do homem está também presente no fato de que sua constituição ontológica forma o ponto de partida genético para uma outra questão vital que afeta profundamente os homens no curso de toda sua história, a questão da liberdade. Sua gênese ontológica também se origina a partir da esfera do trabalho. (LUKÁCS, 1980, apud ANTUNES, 2009, p. 266)

Assim, procuramos empreender um movimento dialético na busca por enxergar, no estudo do professor temporário, elementos de intervenção no desenvolvimento da profissionalidade pela historicidade, contradição, expropriação e mediação.

Sobre a compreensão da profissionalidade docente, podemos defini-la como uma construção individual ou coletiva, com propostas de contextualização no ambiente escolar e no desenvolvimento profissional em suas diferentes experiências formais ou informais.

O período em que vivemos é resultado da constituição histórica de processos que evidenciaram a divisão social hierárquica que subjuga o trabalho ao capital. Os sujeitos, dentro de uma totalidade social estruturada, apresentam-se mediados e expropriados num formato estabelecido pelo sistema de produção.

[...] somos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova morfologia* (do trabalho e da classe trabalhadora), que compreende desde o operariado (industrial e rural), em relativo processo de redução, em especial nos países do norte, até o proletariado de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subordinados, temporários, que se *ampliam em escala mundial*. (ANTUNES, 2009, p. 268, grifo do autor).

Antunes (2009) nos aponta, em sua análise, nas últimas três décadas, de forma internacional para o Brasil, como um processo comum numa tendência de flexibilização e de redução da proteção social são evidenciados nos seguintes pontos: redução do poder do Estado e dos sindicatos, na ampliação dos contratos atípicos (por tempo parcial, temporários, intermitentes).

Nas discussões acerca do tema que debate se o trabalho docente é uma profissão comporta uma diversidade de abordagens e posicionamentos distintos por considerar os professores numa condição ambígua, denomina os professores nas semiprofissões que, conforme Enguita (1991), consideram-no não puramente profissional, nem puramente assalariado, mas compartilha características de ambos.

E no percurso de reconhecimento da aprendizagem profissional e suas relações de poder, surge a profissionalização que, no entendimento de Dubar (2012, p. 365), passa pela “Organização do trabalho, formação e carreira profissional [por esse tríplice aspecto considera] a compreensão do que significa a centralidade do trabalho na vida das pessoas”.

A profissionalização é o processo dinâmico que desenvolve e desencadeia um melhoramento individual e coletivo na atuação profissional. Observa-se, nesse processo, segundo Cruz (2017, p. 33), que o seu desenvolvimento passa por duas dimensões: “[...] formulação de um conjunto de conhecimentos e técnicas [...] e a respeito dos valores e normas deontológicas expressando uma estreita relação entre a identidade profissional docente com o projeto histórico de escolarização da nação”.

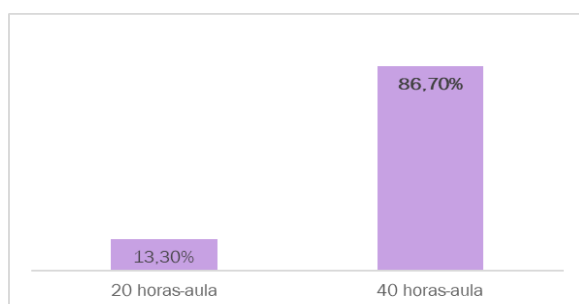
Em relação às contratações temporárias, registrou-se na pesquisa que 82% dos pesquisados se identificaram com o gênero feminino e 18% com o gênero masculino. A feminização da categoria dos professores é um processo que, segundo Nóvoa (2014, p. 18-19), “[...] se torna visível na viragem do século e que introduz um novo delineante às imagens masculinas e femininas da profissão”. A ambiguidade do estatuto dos professores na segunda metade do século XIX propicia uma imagem intermediária dos docentes que são posicionados como sujeitos entre diversas situações. Cruz (2012, p. 43) destaca que a feminização do magistério tem perdurado ao longo dos tempos e

É importante salientarmos ainda, que esta marca tem se apresentado sob as mais diversas formas através do projeto de mobilidade social imprimindo na realidade social de mulheres. Assim, elas, num movimento contraditório entre a aparente concessão dos atores sociais do sexo masculino e a reivindicação de ativistas feministas pela escolarização das mulheres, saem do espaço privado doméstico para o espaço público do mundo do trabalho.

Quanto a participação dos docentes em condição temporária na pesquisa, obteve-se a representação das 14 (catorze) Coordenações Regionais de Ensino com destaque para Samambaia com 24,7% de respondentes, Plano Piloto com 19,5% e Brazlândia com 9,8% das respostas.

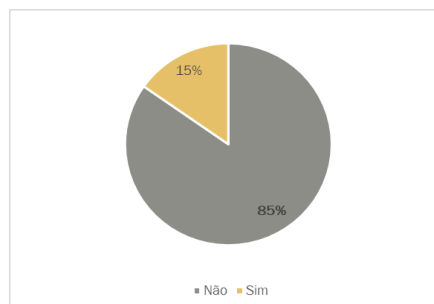
Quanto as relações e condições de trabalho sistematiza a situação própria do Distrito Federal, como mostra os gráficos a seguir,

Gráfico 6 – Carga Horária Semanal



Fonte: A autora (2021)

Gráfico 7 – Realiza outra atividade profissional



Fonte: A autora (2021)

Percebe-se que a maior parte, ou seja, 86,70% dos respondentes tinham jornada de 40h semanais que, em comparação com o Gráfico 9, contrasta com 85% de professores que não realizava outra atividade profissional.

Desse modo assim, apesar da precariedade da contratação temporária, os sujeitos respondentes parecem ter a profissão docente como atividade laboral principal, aspecto que, para os estudos da profissionalidade, é visto como um elemento positivo de afirmação da profissão, mas que se torna contraditório pelo modelo de regulação do trabalho nesse contexto de extrema flexibilização das contratações e de graus de empregabilidade, dito de outra forma, pode se configurar em um não emprego e sim trabalho a título precário.

Com a categoria prioridade de direitos trabalhistas dos professores temporários, foi feito o cruzamento com a categoria anos de docência, cujos resultados estão expostos na Tabela 5.

Tabela 5 - Anos de docência versus prioridade de direitos trabalhistas

Anos de docência/ Direitos trabalhistas	Estabilidade no emprego		Gratificação por cargos		Licenças e afastamentos para estudos		Número proporcional do 13º salário, incluir benefícios		Plano de saúde		Total Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	01-05	45	58%	5	6%	4	5%	13	17%	10	13%	77
06-10	40	67%	2	3%	3	5%	5	8%	10	17%	60	30%
11-15	24	75%	2	6%	2	6%	3	9%	1	3%	32	16%
16-20	9	64%	0	0%	1	7%	2	14%	2	14%	14	7%
21-25	6	50%	1	8%	1	8%	2	17%	2	17%	12	6%
26-30	1	13%	1	13%	0	0%	4	50%	2	25%	8	4%
Total Geral	125	62%	11	5%	11	5%	29	14%	27	13%	203	100%

Fonte: A autora (2021)

Pela análise da Tabela 5, conclui-se que os professores com até 25 anos de experiência, todos em maior proporção, queriam estabilidade no emprego; no entanto, 50% dos professores mais experientes, com 26 a 30 anos de profissão, gostariam de ter o direito de proporcional do 13º salário, inclusão de benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-transporte.

Desse universo de direitos trabalhistas, vê-se como preocupação central a condição da estabilidade no emprego, indicando que, mesmo tendo alguns direitos similares aos efetivos, a condição de contratação precária é uma condição que afeta em muito o desenvolvimento da profissionalidade, por indicar um “não lugar”.

Tem-se, portanto, uma configuração instável e descontinuada, como vemos na resposta abaixo.

[...] ano após ano o professor segue sua sina: participa da atribuição, faz exames médicos e de laboratório e assina seu contrato, sempre depois do início do ano letivo, geralmente no mês de março, para cumprir um ano letivo inteiro e ser dispensado em dezembro [...] (Professor Citrino)

Esse contexto culmina no não estabelecimento de vínculos sólidos tanto com os demais profissionais da escola como com o próprio coletivo de professores. É um aspecto que parece se agravar ainda mais quando discutimos, mais à frente, a categoria mecanismo de inserção na carreira que advém do fato de que a contratação temporária no DF parece ser a via de professores iniciantes adentrarem na carreira docente.

No exame da inserção no magistério público nota-se que o principal motivo para fazer o exame do concurso para professor temporário na SEEDF foi a reprovação em concurso para professor efetivo (40%).

Tabela 6 - Motivos para processo seletivo de professor temporário na SEEDF

Motivos	Qtde.	%
Reprovação em concurso para professor efetivo	81	40%
Outro	48	24%
Falta de emprego	40	20%
Fui aprovado no concurso e não fui chamado	17	8%
Possibilidade de uma renda extra	17	8%
Total Geral	203	100%

Fonte: A autora (2021)

Desse dado, infere-se que, para estes docentes, a condição de adentrar no magistério público lhes daria um fortalecimento social e coletivo para afirmação da profissão escolhida. Podemos afirmar que, no desenvolvimento da profissionalidade, os professores se desvelam como os sujeitos e se vêem nessa condição objetiva de contrato temporário, alimentando um projeto de se inserir no magistério público.

A contratação temporária como um processo gradativo e persistente para a entrada efetiva no magistério público está estritamente relacionada ao reconhecimento de que esta condição pode ser vislumbrada como um mecanismo de inserção na carreira docente: “Vi como oportunidade para iniciar minha atuação profissional”. Professora Sodolita.

Em Novaes (2010) essa condição de ingressar com o perfil de iniciante, em alguns casos na realidade brasileira, o professor/estudante nem concluiu o curso de licenciatura e estaria ainda aquém de ser contratado por num contrato temporário tornando-se eventual, realizando um trabalho com um vínculo laboral e pedagógico ainda mais precário. Depreende-se que no

contexto brasileiro, o Distrito Federal se assemelha ao aspecto de ter um número significativo de professores iniciantes na carreira por contratação temporária, mas que, em relação à prerrogativa da formação, parece ainda resistir à conjuntura de qualificação precária que existe em outras realidades do país.

Assim, a docência em início de carreira, exercida na condição temporária, abre campo de estudo para análise do estabelecimento de vínculos e como se daria a integração com o projeto da escola e com o coletivo ali instituído percebido na fala do professor Cristal:

Porque somos substitutos de alguém que inicia um processo de trabalho e cria um vínculo com seus alunos e somos a figura que tem a responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho, mas que às vezes não é bem aceito ou trabalha de forma diferente, que é sentido e percebido pelos estudantes (quebra do ritmo); ou então, iniciamos o trabalho com a turma e de repente somos devolvidos por retorno do professor efetivo.

As condições acima mencionadas são agravadas quando se analisa que, para o processo da profissionalização dos recém-licenciados, o distanciamento pela condição eventual de trabalho é o descumprimento da Meta 18.2 do PNE 2014 – 2024. Essa meta postula o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar e

18.2. implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do(a) professor(a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina. (BRASIL, 2014).

Na constituição da carreira docente, presume-se sujeitos em posse de um título que pela formação está apto a exercer a profissão. Bollmann (2010) compara o professor à coluna dorsal na atuação educativa efetivando influência no aprendizado dos alunos. A inserção profissional na carreira docente é um dos construtos sociais com reflexos do panorama sócio-histórico dos professores que buscam ingresso no mercado de trabalho.

Sobre a questão da sindicalização estudos têm apontado de modo geral pouca ou quase nenhuma participação de organizações e lutas de classe de professores temporários. No estudo de Ferreira D. (2013), por exemplo, dos 15 sujeitos que participaram de sua pesquisa sobre as possíveis causas do uso recorrente da prática de contratação temporária no magistério paranaense, já referenciado por nós, 14 afirmaram não serem sindicalizados. Para essa autora, ao se ter diferentes tipos de vínculos trabalhistas, gera-se a dificuldade de se convergir em

relação aos mesmos interesses e aos mesmos ideais, o que enfraquece o poder reivindicatório e a organização da categoria.

Em suma, a ausência de sindicalização de professores temporários da rede pública de ensino do Distrito Federal, denotam a falta de vínculo com entidades representativas.

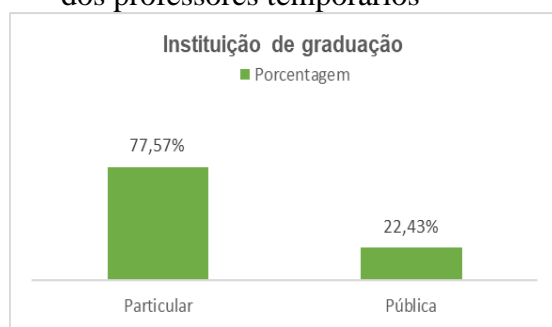
Tabela 7 - Associação de professores temporários a sindicatos ou entidades representativas

Associado aos sindicatos ou entidades representativas	Qtde.	%
Não	162	80%
Sim	41	20%
Total Geral	203	100%

Fonte: A autora (2021)

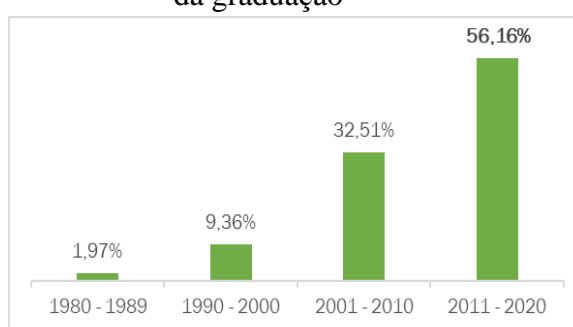
Como já mencionado, o movimento associativo⁶ docente, torna-se fase importante no processo de profissionalização, preceitua Nóvoa (2014, p. 19) que “A profissão docente exerce-se a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores”. Em uma análise, segundo o caracterizador coletivo de pares, Roldão (2005, p. 10) destaca que “o individualismo sacralizado do exercício, que tem conduzido, sem que os próprios se apercebam da sutileza deste dispositivo social, ao esvaziamento de um corpo coletivo, enquanto comunidade de pares”.

Gráfico 8 – Instituição de graduação dos professores temporários



Fonte: A autora (2021)

Gráfico 9 – Intervalo do ano de conclusão da graduação



Fonte: A autora (2021)

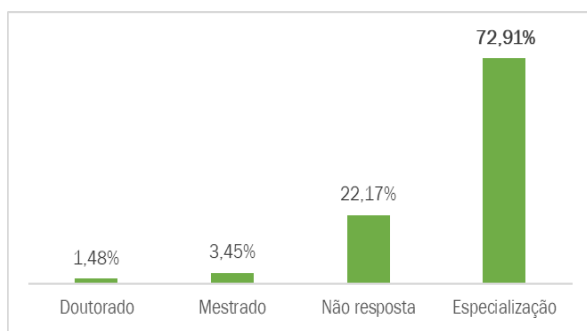
Dos professores que se manifestaram na pesquisa, 22% se formaram em instituição pública e 78%, em instituição particular. No interior desse dado, denota-se a expansão de instituições privadas de educação superior em detrimento a manutenção da formação de professores da universidade pública. Esse é um movimento gerado após aprovação da LDB (BRASIL,1996)

⁶ Segundo Nóvoa (2014) estas associações pressupõe a existência de um trabalho prévio de constituição dos professores em corpo solidário de elaboração e de mentalidade comum.

que, conforme Dourado (2001), deu-se em um panorama caracterizado por uma articulação do liberalismo, pela defesa do ideário da flexibilização, da privatização e da reverência do mercado.

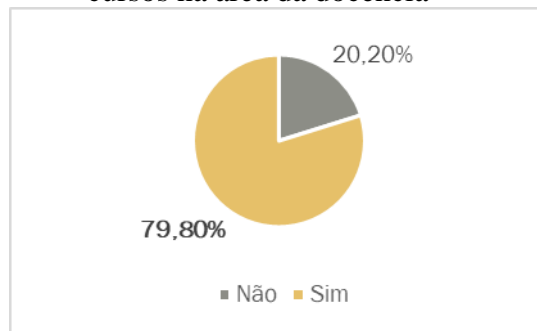
No Gráfico 9, percebe-se que, no geral, o percentual de respondentes aumenta quanto mais recente o período de conclusão da graduação, sendo que, mais da metade é de recém-formados com menos 10 anos de formação (56,16%). Acredita-se, como dito, que a retirada, no âmbito de 2016, do quesito experiência profissional do processo seletivo, pode ter propiciado a entrada de professores recém-licenciados na contratação temporária. Esse aspecto já destacado quando descrevemos o perfil docente e também quando da inferência de que a contratação temporária tem se mostrado um mecanismo de inserção na carreira docente.

Gráfico 10 – Nível de escolaridade



Fonte: A autora (2021)

Gráfico 11 – Formação continuada com cursos na área da docência



Fonte: A autora (2021)

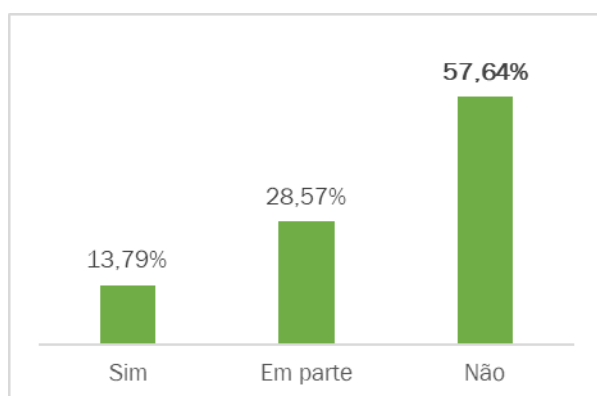
Observa-se, assim, que no Distrito Federal, o nível de escolaridade dos professores temporários se difere do percentual nacional como informam Seki, Souza, Gomes e Evangelista (2017, p. 6): “Do total de 41% de temporários, no Brasil, 21,5% tinha especialização, 0,8% mestrado e 0,1% Doutorado”. Concluem os autores que as formas temporárias de contrato atingem os professores menos escolarizados. Em relação à formação continuada, quase 80% dos professores disse que realizou cursos nessa área.

Com relação à formação continuada, a Meta 16 do Plano Nacional de Educação- PNE (BRASIL, 2014) concebe que 50% dos professores da educação básica realizem formação na pós-graduação durante a vigência. O Plano possui 20 metas focadas na concepção de educação de qualidade como direito social básico e prevê que, a todos professores, sejam oportunizadas a formação continuada nesse mesmo período.

Os dados da pesquisa apontam que somente cerca de 5% dos professores pesquisados possuem pós-graduação, demonstrando o distanciamento para o cumprimento da Meta 16 do

PNE. Apesar da condição temporária, ao professor da SEEDF é oportunizada a participação das formações oferecidas pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), os docentes não são contemplados com o benefício do afastamento para estudos. Questionamos se a condição de contrato temporário afetava o trabalho neste âmbito. No Gráfico 12, constata-se que 57,64% acreditavam que não afetava.

Gráfico 12 – A condição de contrato temporário afeta ou não o trabalho de sala de aula



Fonte: A autora (2021)

Figura 1 – Nuvem de palavras da condição de contrato temporário afetar o trabalho de sala de aula



Fonte: A autora (2021)

De acordo com o Gráfico 12, à indicação de não implicação no trabalho de sala de aula, somadas as indicações de “sim” e “em parte”, chegando a um percentual de quase 43% de professores, o que reflete o tensionamento, como dito, sobre o controle dos objetivos, meios e execução do trabalho, expresso também nas indicações: “Falta autonomia”, “Fica fragmentado, pois sempre fica uma ruptura...”.

Isso pode ser referendado também quando foi questionado o porquê de considerarem certa implicação no trabalho em sala de aula. Vemos, na Figura 1, as principais palavras das respostas daqueles que responderam “sim, afetava o trabalho”; insegurança, continuidade, incerteza, e estabilidade usadas pelos respondentes para explicar os motivos da resposta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do presente artigo foi apresentar parte de uma pesquisa realizada no mestrado tendo em vista estudar a constituição e o desenvolvimento da profissionalidade dos professores em contratações de trabalho temporário, cujo lócus é a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Desse universo de direitos trabalhistas, vê-se como preocupação central dos professores temporários da SEEDF, a condição da estabilidade no emprego, indicando que, mesmo tendo alguns direitos similares aos efetivos, a condição de contratação precária é uma condição que afeta em muito o desenvolvimento da profissionalidade, por indicar um “não lugar”.

Tal situação demonstra que a continuidade educacional passa por profissionais com rupturas em seu contrato de trabalho, refletindo em implicações na organização do trabalho pedagógico. Como elemento na organização do trabalho pedagógico, o fator tempo exerce influência na construção da profissionalidade docente. Enquanto aspecto inerente ao trabalho docente, o tempo possibilita a continuidade do trabalho, o conhecimento e interação junto aos alunos, suas famílias e o local onde está a escola.

Para os professores em contratações temporárias sucessivas, a carreira do magistério, talvez **“seja atravessada por um eterno recomeço”** como menciona Souza (2018, p. 32, grifo do autor). O represonamento do concurso público, para professores efetivos, o qual vem sendo recurso utilizado para contenção dos gastos públicos, amplia as vagas e a realização do processo seletivo simplificado, que traz marcas conforme esclarece Viebrantz (2008, p. 7) “[...] pela fragilização da profissão docente pois afasta o controle dos objetivos, meios e da execução do trabalho, assim como distancia ao estabelecimento de vínculos com seus pares” refletidos neste estudo no distanciamento na organização sindical.

Vemos, portanto, por diferentes perspectivas de análises, que as categorias analíticas do estudo nos apontam que a condição da contratação temporária interfere na constituição do trabalho e na construção do ser social professor indicando elementos de desenvolvimento da profissionalidade sob marcas de dissociação das dimensões políticas, pedagógicas e técnica deste trabalho.

A reversão do processo de desvalorização do professor só será possível, conforme Parecer CNE/CEB nº 2/97, com o equacionamento do trinômio salário, carreira/jornada e formação inicial e continuada. Pela profissionalização, pode-se ter um caminho de resistências às políticas e interferências junto à profissão docente. Assim, o referido estudo identifica os professores temporários numa situação de exploração e intensificação de seu trabalho, sendo o elemento mais precarizado e vulnerável da classe trabalhadora.

Agradecimentos

Nosso terno agradecimento aos professores temporários da SEEDF, que prontamente responderam a solicitação do questionário da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. Reimpressão. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 16. ed., 2. reimp., São Paulo: Cortez, 2015.

BATISTA NETO, José. CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Discutindo os elementos estruturantes da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Grupo de Trabalho: GT08 - Formação de Professores. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas/PE. **Anais [...]**. Porto de Galinhas: ANPED, 2012. p. 01-16. Disponível em:
https://anped.org.br/sites/default/files/gt08-2452_int.pdf. Acesso em: 4 maio 2021.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 657-676, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. **A construção da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental**: sentidos atribuídos às práticas por professoras da rede municipal de ensino do Recife. Recife, 2012. 278f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, 2012.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. **Professor Polivalente**: profissionalidade docente em análise. Curitiba: Appris, 2017.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). 2021 – NUGINP/GADEF/DISER/SUGEP, 03/05/2021
DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.) **Políticas públicas e educação básica**. 158 p. São Paulo: Xamã, 2001. Disponível em:
<https://www.vitorparo.com.br/politicas-publicas-educacao-basica>. Acesso em: 14 jun. 2021.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>. Acesso em: 20 maio 2021.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, “Dossiê: interpretando o trabalho docente”, p. 41-61, 1991.

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do Paraná: A flexibilização das contratações e os impactos sobre as Condições de trabalho docente.** 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30365>. Acesso em: 0 maio 2021.

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski. **Os professores temporários da rede pública: uma análise do Brasil e da rede estadual do Paraná.** Paraná: 2018, p. 01-17.

FRERES, Helena de Araújo. **A educação e a ideologia da empregabilidade: formando para o (des)emprego.** 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: Implicações para a categoria docente.** 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/disserta%C3%A7%C3%B5es2017/dThayseAncila.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. *In*: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M., FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades.* Campinas, SP: Papirus, 2009.

LIMEIRA, Jussara Cordeiro; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. A construção da profissionalidade de professores em contratações temporárias sucessivas. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 8., 2020, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte, MG, 2020.

NOVAES, Luís Carlos. A formação des(continuada) dos professores temporários: provisoriedade e qualidade de ensino. **Diálogo Educacional**, v. 10, n. 30, Curitiba, 2010, p. 247-6.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. (org.) **Profissão professor.** 2.ed., Portugal: Porto Editora, 2014.

OHTOSHI, Fernando Chin. **Cadastro reserva em concurso público: irregularidade ou necessidade?** 2013. 44 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/6835>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise: Especificidades dos ensinos superior e não superior. **Nuances: estudos sobre educação.** São Paulo, Ano XI, v. 12, n. 13, jan/dez., 2005. 105-126p.

SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Artur Gomes; GOMES, Filipe Anselmo; EVANGELISTA, Olinda. Professor temporário: um passageiro permanente na educação básica brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 942-959, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.

Acesso em: 13 mar. 2021.

SOUZA, Artur Gomes de. **Professor Temporário:** situações da docência em Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2011/2017). 2018, 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198692>. Acesso em: 17 maio 2021.

VIEBRANTZ, Rosalir. Memória e trajetória do trabalhador temporário em educação: saberes e autonomia ou submissão? **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 7, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/search/titles?searchPage=6#results>. Acesso em: 8 jul. 2021.

THE CONSTRUCTION OF TEACHER'S PROFESSIONAL ISM IN SUCCESSIVE TEMPORARY CONTRACTS

Abstract: *This manuscript sought to understand the constitution and development of the professionalism of teachers in temporary employment contracts, with the locus of research being the State Department of Education of the Federal District - SEEDF. We understand teaching professionalism as an individual or collective construction, with a view to contextualizing the school environment and the different formal or informal experiences in the construction of work, referring to Roldão (2005) and Cruz (2012). In the investigation of the object, bibliographic research, questionnaire and document analysis were used, using the critical-dialectical perspective of education with an approach to a view of the totality that is intended to be achieved (Cury;1987). From different perspectives of analysis, the analytical categories of the study show us that the condition of temporary hiring interferes in the constitution of the work and in the construction of the social being teacher, indicating elements of professional development under marks of dissociation of the political, pedagogical and technical dimensions of this work.*

Keywords: *Teacher Professionality. Temporary Teacher. Teachers in the Federal District.*
